

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Profissional CIOR
Circulo: Braga
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Um Estado Republicano é um Estado participativo, onde os cidadãos, organizados em sociedade civil, participam da definição de novas políticas, instituições e do exercício da responsabilidade social. É um Estado que depende de funcionários governamentais que, embora motivados por interesse próprio, estão também comprometidos com o interesse público. É um Estado com uma capacidade efectiva de reformar instituições e fazer cumprir a lei. É um Estado dotado de legitimidade necessária para taxar os cidadãos a fim de financiar acções colectivas decididas democraticamente. Em suma é um Estado que conta com os cidadãos motivados, que participam no Governo, juntamente com os políticos. É urgente que os cidadãos tenham uma atitude cívica mais empenhada e mais activa na defesa de uma República onde todos se revejam ao invés de se queixarem sistematicamente do Estado ou da classe política. Nesta óptica de ideias, e relativamente ao tema proposto, podemos verificar que no caso concreto do nosso país, esse envolvimento necessário por parte dos cidadãos tem vindo a ser cada vez mais diminuto. Há por assim dizer uma “desilusão”, por parte dos cidadãos nos ideais republicanos. Exemplo disso, temos os resultados das várias eleições ou até mesmo de referendos, onde a taxa de abstenção é bastante significativa. Para além disso, o cepticismo dos cidadãos na classe politica, sobretudo pelo facto de nos últimos anos terem vindo a público casos de supostas corrupções que em termos jurídicos em nada deram. Ou seja há uma desacreditação na aplicação da justiça em Portugal.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

1. Apostar numa mudança de mentalidades no que respeita aos cidadãos em geral, relativamente à importância da participação cívica. Tal deverá começar sobretudo na escola, logo nos primeiros anos, com o alargamento às camadas mais jovens da disciplina de Cidadania, no sentido de inculcar desde cedo às crianças a importância de ser um cidadão activo e de trabalhar em prol da comunidade. Esta participação deverá ser incentivada desde cedo, nomeadamente através de projectos escolares que incluam a comunidade envolvente à escola, através de voluntariado jovem por exemplo. Uma outra possível solução passaria por transmitir programas de conteúdo cívico, político em horário nobre com uma linguagem mais simplista, que permita o entendimento por todos os cidadãos, tal seria efectuado pelo canal público.

2. Uma justiça mais eficiente e eficaz de uma forma geral, mas sobretudo quando estamos a falar de casos onde recaem suspeitas sobre cidadãos que exerçam algum cargo político. Em Portugal diz-se que a justiça é lenta, é esta lentidão que leva ao desgaste da imagem da classe política e até à sua ridicularização, gerando por sua vez uma sensação de impunidade nos cidadãos. Os cidadãos que exerçam este tipo de cargo, deveriam, quando recai sobre ele suspeita de corrupção ou outro tipo de crime, sair do cargo que desempenha até o caso ser esclarecido.

Para tal, é urgente, reorganizar o nosso sistema judicial, desde a reforma das instalações, à contratação de pessoal suficiente no sentido de evitar o “arrastamento” dos casos ou até a sua prescrição.

3. A votação para o Governo e para a Assembleia da República deveriam ser separadas. Dever-se-ia votar, directamente, numa proposta de governo, em que os partidos apresentavam uma equipa e um programa eleitoral. Em paralelo, através de uma outra eleição, eleger-se-iam os deputados que constituiriam a Assembleia da República. Isto criaria provavelmente um maior equilíbrio de forças entre Governo e Assembleia.